

LOCAL RESERVADO A ORGÃOS PÚBLICOS:

PROJETO APROVADO

EM: 08 / 08 / 19

PROTOCOLADO Nº: 0512019

ALVARÁ Nº: -/-

[Assinatura]

Profissional Responsável

[Assinatura]

Preito Municipal



ATUALIZAÇÃO

DATA

RESPONSÁVEL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
DIVISÃO DE ARQUITETURA

OBRA

FÓRUM COMARCA DE PEABIRÚ

TÍTULO:

PROJETO ARQUITETÔNICO

IMPLANTAÇÃO

ESCALA:

INDICADA

DATA:

JULHO/2019

DESENHO:

NATÁLIA RZNISKI

PRANCHA:

A-01

01/06

PROJETO (AUTOR):

[Assinatura]
ARQUITETO **JOSÉ LUIZ LEITE DA SILVA FILHO** CAU: A20271-1

PROPRIETÁRIO:

[Assinatura]
Alexandre Arns Steiner
Diretor do Departamento
de Engenharia e Arquitetura
TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PR

Autorização de Exploração - Corte de Árvore Isolada

Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2041.4.2022.76940	24119591	Não se aplica	26/04/2022 a 26/04/2023
Detentor da autorização		Autorização vinculada	CPF/CNPJ do Detentor
PARANA TRIBUNAL DE JUSTICA		Não se aplica	77.821.841/0001-94
Município de referência		Coordenadas de referência	
PEABIRU / PR		-23,910504091 -52,340516809	
Outros municípios associados			
Não se aplica.			

Dados dos imóveis rurais

Não se aplica.

Volumetria autorizada

Produto	Indivíduos	Volume por Ha	Volume total	Unidade
Lascas(m³)	Não se aplica	Não se aplica	8,7700	m³
Lenha(m³)	Não se aplica	Não se aplica	122,9387	m³

Detalhamento da volumetria autorizada

Lascas(m³)	
Lascas(m³) / Swietenia macrophylla / Mogno-brasileiro / 8,6000 m³	Lascas(m³) / Psidium guajava / Goiabeira-branca / ,1700 m³
Produtos sem indicação de espécie	
Lenha(m³) / 122,9387 m³	

Condicionantes

Gerais

1.01 Deverá ser mantida uma via desta Autorização no local de supressão;
1.2 O interessado autorizado será o responsável pela adoção de medidas e cuidados necessários à prevenção e reparação de danos ao meio ambiente;
1.3 O não cumprimento da legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08;
1.4 O transporte ou armazenamento de madeira deverá ser acompanhado de Documento de Origem Florestal (DOF), sendo que o mesmo deverá acompanhar a matéria prima até o beneficiamento final, § 1º do art. 36 da Lei Federal nº 12.651/2012;
1.5 Não poderá ocorrer o armazenamento de lenha em área de preservação permanente e/ou reserva legal;
1.6 O descumprimento das condicionantes, exigências e restrições descritas acarretará no cancelamento desta Autorização e implicará na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental.

Específica

2.01 As espécies exóticas não necessitam de autorização, de acordo com a Portaria IAP nº 96/2007;
2.2 Na ocorrência de espécies epífitas ao longo do tronco da árvore a ser suprimida, essas DEVERÃO ser realocadas para local mais próximo, em condição semelhante a qual se encontrava;
2.3 Na execução da autorização florestal, deve ser dada a correta e imediata destinação da matéria prima florestal, tanto a comercial quanto àquela que não possui valor econômico;
2.4 Fica terminantemente VEDADO o uso de fogo para quaisquer fins, em caso de descumprimento implicará na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental vigente.
2.5 Essa Autorização Ambiental NÃO AUTORIZA quaisquer supressões de vegetação nativa além das requeridas, caso necessite o interessado deverá solicitar tal autorização através do SINAFLOR;
2.6 Esta autorização ambiental não desobriga a obtenção de outras porventura exigidas por outros órgãos.
2.7 A constatação, em qualquer tempo de ocorrência de danos ambientais durante a substituição de vegetação, implicará na imediata interdição do corte da vegetação e embargo das atividades na área, ficando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, sujeitos às sanções penais e administrativas previstas na legislação ambiental independentemente da obrigação de reparos aos danos causados;

Histórico	
Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	26/04/2022 - 15:26:36
Autorização Retificada	26/04/2022 - 15:29:08
Autorização Retificada	26/04/2022 - 15:35:09



Documento assinado eletronicamente por Fabiano Viudes, Gerente Regional de BH - Escritório Regional do IAP de Campo Mourão, em 26 de Abril de 2022, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<https://sinaflor2.ibama.gov.br/sinaflor2autorizacao/qrcode/20414202276940>

Curitiba, 14 de Março de 2022

Responsável PAULO ACCORSI GANS

Telefone (41) 99169-2039

E-mail: paulo@eletrogans.com.br

Projeto 13668/2021

Protocolo de redes: 20222727143206

Protocolo de análise: 20222682539463

Prezado Sr(a):

Em atenção à solicitação de V.Sa., informamos que o Projeto Elétrico da Entrada de Serviço está de acordo com as normas técnicas da Copel.

Projeto: FORUM DE PEABIRU

Endereço da AV. CURITIBA, 993 - esquina com rua maria helena bassi - PEABIRU - PR

- A presente aprovação do projeto elétrico não implica a dispensa da vistoria da entrada de serviço;
- O prazo de validade da aprovação do projeto da entrada de serviço é de 3 anos a contar da data de aprovação;

- Contrato de fornecimento de energia assinado.

- O responsável técnico pela execução da obra deve solicitar, antes do agendamento da vistoria, a retirada de equipamentos de medição (TCs e/ou TPs) através do PEW (menu Vistoria), selecionando o tipo de serviço: "Entrega de Equipamentos - TCs e/ou TPs".

- O responsável técnico pela execução da obra deve solicitar a vistoria do projeto aprovado através do PEW (menu Vistoria).

- Consultar o formulário: Check_List_Posto_Transformação_Único – disponível em www.copel.com/formularios – para auxílio à revisão da obra.

Informativos :

- Canais de atendimento do grupo A: Agência virtual: www.copel.com/avaweb; Telefônico: 0800 643 7575

- O protocolo de redes foi emitido e em até 30 dias será informado o custo referente às obras na rede. Acompanhe o processo através dos canais de atendimento do grupo B: Agência virtual: <https://www.copel.com/hpcweb/>; Telefônico - 0800 51 00 116; WhatsApp: 41 3013-8973; ou consulte a agência de atendimento presencial mais próxima em <https://www.copel.com/hpcweb/copel-distribuicao/agencias-de-atendimento/>, informando o número do protocolo de redes

- A vistoria e a ligação da unidade consumidora estarão condicionadas à assinatura do contrato de fornecimento de energia, através da área comercial da Copel. Em atendimento ao Artigo 27, da Resolução 414/10 da Aneel, para efetivar a ligação será necessária a apresentação de toda a documentação comercial

Curitiba, 14 de Março de 2022

Responsável PAULO ACCORSI GANS

Telefone (41) 99169-2039

E-mail: paulo@eletrogans.com.br

Projeto 13668/2021

Protocolo de redes: 20222727143206

Protocolo de análise: 20222682539463

para a elaboração do contrato, a liberação do estudo de redes e o agendamento de vistoria. Para a apresentação dos documentos comerciais, formalize seu pedido através do atendimento grupo A: www.copel.com/avaweb, informando o número do protocolo de análise e o tipo de serviço solicitado.

- Documentos de constituição:

- * cópia do contrato social e a última alteração contratual (se sociedade limitada) ou cópia do estatuto social (se sociedade anônima ou associação);
- * comprovante de vínculo com o imóvel, quando o endereço da unidade consumidora for divergente do endereço constante no CNPJ (se a unidade consumidora possuir débitos, deverá ser registrado em cartório de títulos e documentos);
- * licença ambiental ou relatório de inspeção ambiental (RIA), fornecido pelo IAP;
- * planilha de dados para contrato – PDC, em anexo – devidamente preenchida e assinada pelo responsável;
- * declaração para fins de classificação tarifária (em anexo), com firma reconhecida caso a atividade da unidade consumidora seja divergente da atividade do CNPJ ou atividade rural.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CNPJ 75.370.155/0001-19 – E-mail: saae@onda.com.br

Fone/Fax: (44) 3531-2033

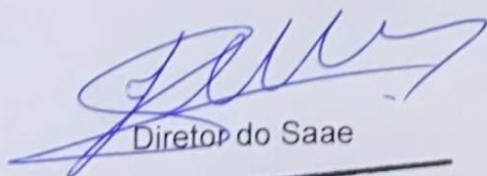
CEP 87250-000 - Peabiru – Paraná

DECLARAÇÃO

O serviço Autônomo de Água e Esgoto de Peabiru - SAAE, no uso de suas atribuições, declara para os devidos fins de direito que, após análise avaliação dos projetos relativos as futuras instalações do novo Fórum da Comarca de Peabiru, localizado no imóvel constante da quadra nº. 110 do quadro urbano deste município, matriculado sob o nº. 17.924, de responsabilidade do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ CNPJ 77.821.841/0001-94, foi concedida a devida aprovação da totalidade de seus termos bem ainda declarada a viabilidade técnica de atendimento e fornecimento de água para o aludido empreendimento.

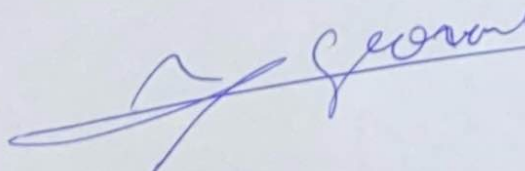
Peabiru, 11 de Abril de 2022.

3



Diretor do Saae

José Augusto P. Alves
Diretor - SAAE Peabiru
Portaria nº 027/2017 - 06/01/17



Diretor do Departamento de Engenharia

Geovane Scarabel Toledo
Engenheiro Civil
CREA-PR 182749/D